

Área Saúde – CNM – março/2023

## ESTUDO TÉCNICO

**Título:** Desabastecimento de Farmacêutico – 3º Edição

**Área:** Área Técnica Saúde

**Palavras-chave:** questionário, medicamentos, desabastecimento, remédios.

## RESUMO

### Introdução:

Nesta terceira edição, além da atualização dos resultados e do questionamento sobre a visão do Município acerca do motivo do desabastecimento, ou seja, sob a ótica municipal, quais são os motivos que levaram à falta de medicamento nas farmácias básicas municipais e, por fim, questionar se as gestões municipais identificaram algum prejuízo causado pela falta desses medicamentos.

### Objetivos:

Atualizar a realidade das farmácias públicas municipais e identificar se ainda há falta de medicamentos, sejam eles adquiridos pelo Município, ou Estado e União. Além disso, nesta edição, buscamos entender se o Município sabe a causa deste desabastecimento.

### Justificativa:

São recorrentes as falas de que o motivo para o desabastecimento são os problemas no fornecimento pelo Ministério da Saúde, movimentos de protestos de funcionários de aeroportos e portos, questões de políticas internacionais e dificuldade com importação de insumos. Porém, é necessário questionar os Municípios se essas são as afirmativas recebidas pela gestão municipal e se procedem com a realidade de suas aquisições.

### Metodologia:

Foi utilizado um questionário contendo 12 perguntas direcionadas aos gestores, farmacêuticos ou almoxarifes municipais. Este questionário foi aplicado via *Call Center* da CNM aos Municípios brasileiros no período de 13 de fevereiro a 17 de março de 2023, ou seja, durante 33 dias de pesquisa.

### Resultados:

Alcançamos 3.360 Municípios, ou seja, 60,3% das cidades brasileiras, que concentram 131,1 milhões de habitantes (IBGE, 2020).

Identificamos que 82% estão afetados pela falta de medicamentos em prateleiras de farmácias públicas, com maior concentração desse desabastecimento no Sudeste – 87,3% dos Municípios.

As 58,3% das gestões municipais não têm perspectiva para reposição dos estoques da farmácia básica, que afeta principalmente os antibióticos (82,6%), seguido por anti-hipertensivos (42,2%).

Ainda, 69,1% não têm definição sobre reposição de medicamentos do componente estratégico que atingem pacientes que dependem também de antibióticos (57%), até medicamentos para HIV (16,6%). Sobre o componente especializado, 75,3% não têm ideia de reposição dos estoques.

Entre os Municípios respondentes, 50,5% já recorreram para compra emergencial, e 56,9% identificaram a falta de matéria-prima para a produção como o maior problema para a aquisição de fármacos, seguido por indisponibilidade no mercado (39,%) e dificuldades na licitação (35,9%).

Ao mesmo tempo, 10,5% das gestões identificaram complicações de quadros clínicos, 6% aumento de internações, 5,9% aumento de tratamento fora de domicílio e 1,8% aumento de cirurgias, como consequências desta falta de medicamentos.

### **Considerações finais:**

Com base nas edições anteriores, percebemos que na segunda edição houve uma diminuição de 15 pontos percentuais no desabastecimento, porém, no mesmo período, se identificou um aumento no percentual de Municípios que recorreram para compras emergenciais.

Cabe acompanhar a situação e questionar os órgãos responsáveis pela fiscalização da cadeia produtiva e logística, a fim de garantir que a falta de medicamentos não seja identificada com antecedência, e os representantes públicos e privados possam equilibrar as problemáticas, com a intenção de garantir o abastecimento à população SUS dependente.

## 1. INTRODUÇÃO

Ao longo de 2022, a CNM realizou duas grandes pesquisas entre os Municípios brasileiros, sendo a primeira entre 25/5 e 20/6/2022, em que alcançamos 2.469 Municípios; e a segunda entre 1/8 e 29/8/2022, em que chegamos em 3.178 Municípios.

Identificamos nas duas ocasiões que a maior parte dos Municípios, ou seja, 80,4% e 65,2%, respectivamente, apontaram a falta de medicamentos nas farmácias básicas municipais. Ao que tudo indicava, a situação está regredindo, com uma queda de 15,2%, porém, nesta 3ª Edição, constatamos que a falta de medicamentos alcança novamente o patamar de 82% dos Municípios alcançados pela pesquisa, ou seja, 2.756 Municípios, entre os 3.360 respondentes – equivalente a 60,3% dos Municípios brasileiros e uma população equivalente a 131,1 milhões de habitantes (IBGE, 2020).

A novidade nesta terceira edição, além da atualização dos resultados e o questionamento sobre a visão do Município acerca do motivo do desabastecimento, ou seja, sob a ótica municipal, quais são os motivos que levaram à falta de medicamento nas farmácias básicas municipais e, por fim, questionar se as gestões municipais identificaram algum prejuízo causado pela falta desses medicamentos.

## 2. OBJETIVO

A presente pesquisa busca atualizar a realidade das farmácias públicas municipais e identificar se ainda há falta de medicamentos, sejam eles os adquiridos pelo Município, ou Estado e União; e, nesta edição, buscamos entender se o Município sabe a causa desse desabastecimento.

## 3. JUSTIFICATIVA

O desabastecimento de medicamentos nas farmácias dos Municípios se tornou uma realidade no último ano (2022), conforme relataram manchetes em

todo o Brasil, corroboradas pela primeira e segunda versão da pesquisa publicada pela CNM.

São recorrentes as falas de que o motivo para o desabastecimento são os problemas no fornecimento pelo Ministério da Saúde, movimentos de protestos de funcionários de aeroportos e portos, questões de políticas internacionais e dificuldade com importação de insumos. Porém, é necessário questionar os Municípios se essas são as afirmativas recebidas pela gestão municipal e se procedem com a realidade de suas aquisições.

#### **4. METODOLOGIA**

Foi utilizado um questionário contendo 12 perguntas direcionadas aos gestores, farmacêuticos ou almoxarifes municipais. Este questionário foi aplicado via *Call Center* da CNM aos Municípios brasileiros no período de 13 de fevereiro a 17 de março de 2023, ou seja, durante 33 dias de pesquisa. Após ultrapassar a meta estabelecida para esta pesquisa de mais de 60% dos Municípios que responderam ao questionário, foi feito estudo consolidando as informações apuradas nesta pesquisa, comparando com as edições anteriores e outros levantamentos realizados pela CNM ao longo dos últimos meses.

#### **5. RESULTADOS**

O maior número de respostas obtidas foi dos Municípios da região Sul – 89% (1.060); seguido das regiões Sudeste – 76,5% (1.276); Centro-Oeste – 62,2% (290); Norte – 33,8% (152); e Nordeste – 32,5% (582).

Alcançamos 60,3% de todos os Municípios brasileiros, que somam juntos 131,1 milhões de habitantes.

#### **Tabela 1 – Distribuição dos respondentes por região**

Região	Quantidade de Municípios	Municípios Respondentes	% de Alcance
Centro-Oeste	466	290	62,2%
Norte	450	152	33,8%
Sudeste	1.668	1.276	76,5%
Sul	1.191	1.060	89,0%
Nordeste	1.793	582	32,5%
<b>BR</b>	<b>5.568</b>	<b>3.360</b>	<b>60,3%</b>

Fonte: CNM (2023).

Os resultados a seguir são apresentados sem desagregação por UF, apenas agregados por região, quando a análise apontar clareza e relevância nessa apresentação.

A pesquisa identificou que 82% (2.756) dos Municípios respondentes registram falta de medicamentos em seus estoques *versus* apenas 18%, que responderam não haver falta, sendo que 71% registram desabastecimento de medicamentos do componente básico, 19,9% também registram falta no componente Estratégico e 51,5% no componente Especializado.

**Componente Básico:** esses medicamentos e insumos representam a terapia medicamentosa para situações de saúde associadas a doenças crônicas ou a sintomas leves, ou seja, que inicialmente podem ser tratados nas Unidades Básicas de Saúde.

**Componente Estratégico:** são adquiridos pelo Ministério da Saúde e distribuídos aos Estados. Abrangem os seguintes programas: DST/Aids (Antirretrovirais); endemias focais (malária, leishmaniose, doença de chagas e outras doenças endêmicas); hanseníase; tuberculose; talidomida para lúpus eritematoso sistêmico, doença do enxerto x hospedeiro e mieloma múltiplo; doenças hematológicas e hemoderivados; influenza e os medicamentos e insumos para o controle do tabagismo.

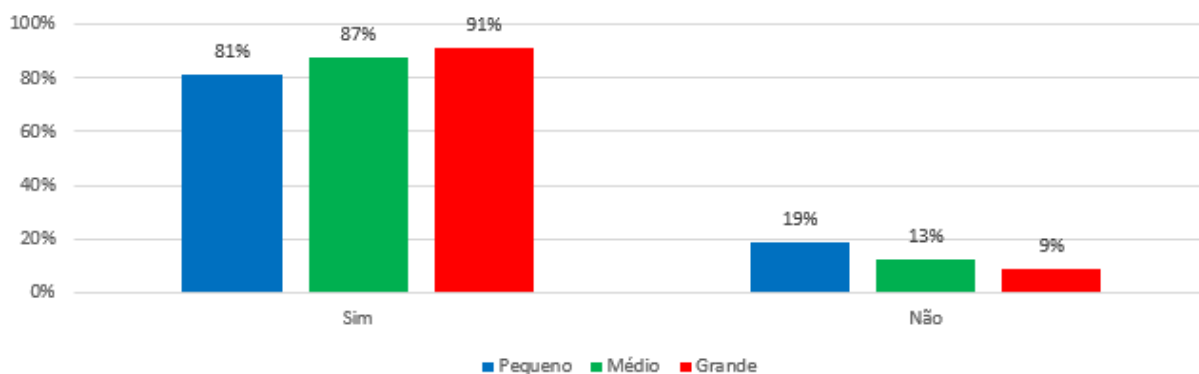
**Componente Especializado:** são medicamentos financiados e adquiridos pelo Ministério da Saúde; ou medicamentos financiados pelo Ministério da Saúde e adquiridos pela Secretaria de Estado da Saúde.

Abrangem medicamentos com alta tecnologia e que também apresentam alto custo. As principais doenças que demandam esses medicamentos são insuficiência renal crônica, hemofilia, anemia falciforme, câncer, psoríase, artrite reumatoide, doença de Parkinson, endometriose, epilepsia, hepatite autoimune, hepatite viral crônica B, hepatite C, hipotireoidismo congênito, osteoporose, diabetes insípido, esclerose múltipla, esquizofrenia

refratária, puberdade precoce e hipertensão arterial pulmonar, além de pacientes transplantados.

Quando analisamos o indicativo de desabastecimento por porte de Município, identificamos uma proximidade crescente de acordo com o tamanho. Ou seja, entre os de pequeno porte são 81%, que sobe para 87% entre os médios e alcança 91% entre os grandes.

**Gráfico 1 – Desabastecimento de medicamentos por porte populacional**



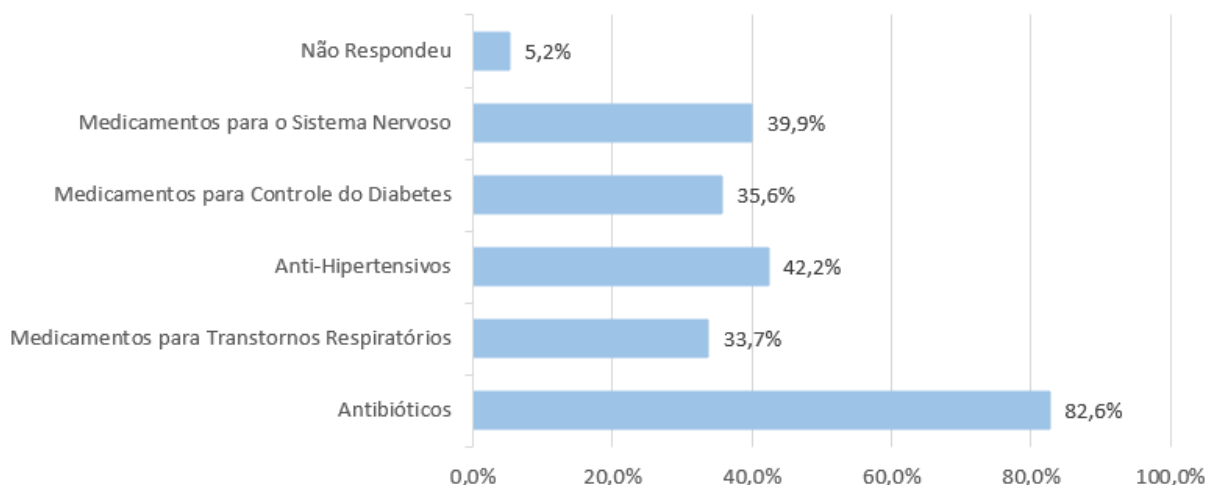
Fonte: CNM (2023).

Quando buscamos entender qual região é a mais afetada pela falta de medicamentos dos componentes básicos, identificamos o Sudeste atingido por 76,5%, seguido pelo Sul com 70,8%, Nordeste com 69%, Norte com 60,7%. Sendo o menos atingido o Centro-Oeste, onde 56,3% relatam o desabastecimento.

Entre os principais itens afetados, ou seja, os principais medicamentos em falta, foi possível aferir como líder os antibióticos, ausentes nas prateleiras de 82,6% dos Municípios, seguido por anti-hipertensivos (42,2%), medicamentos para o sistema nervoso (39,9%), combate ao diabetes (35,6%) e transtornos respiratórios (33,7%), como ilustrado no Gráfico 2:

**Gráfico 2 – Medicamentos em falta nos Municípios**





Fonte: CNM (2023).

Sobre a reposição dos estoques, 58,3% (1.388) dos Municípios informaram não ter previsão, contra 22,8% que estimam repor em até 30 dias e 14,4% em até 60 dias.

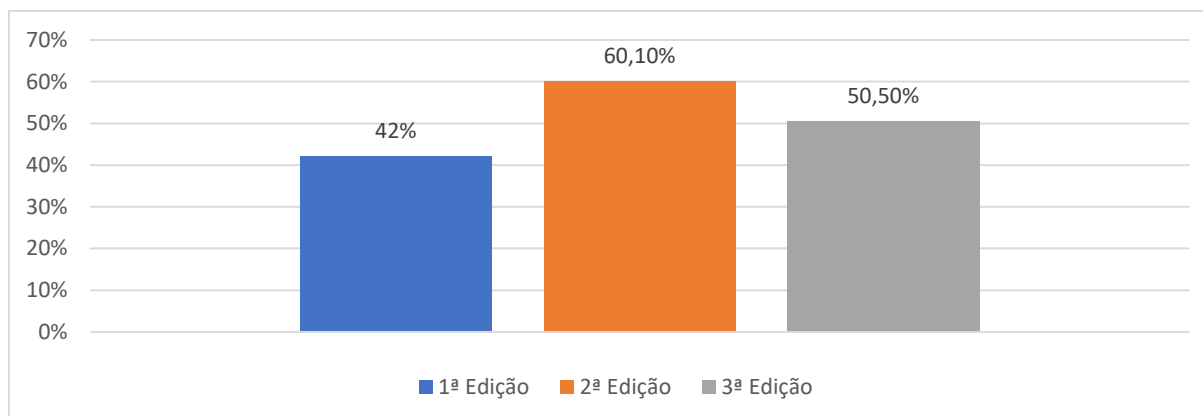
Ao passarmos a analisar os medicamentos do componente estratégico, em que 19,9% dos Municípios apontam haver falta, com maior concentração na região Nordeste – 29,9%, identificamos que 69,1% (461) não têm definição sobre a reposição dos estoques, 14,1% devem repor em até 30 dias e 7,8% em até 60 dias.

Novamente, o item mais comprometido é da linha de antibióticos – 57%, seguido por antiparasitários – 26,2%, medicamento para influenza – 21,3%, tuberculose – 19,9%, HIV – 16,6% e 22% não souberam responder.

Sobre os medicamentos do componente Especializado, identificamos 51,5% dos Municípios com desabastecimento, com maior concentração na região Sudeste – 61,1%. Identificamos que 75,3% (1.303) não têm definição sobre a reposição dos estoques, 12,7% (220) devem repor em até 30 dias e 8,8% (152) em até 60 dias.

Dos 3.360 Municípios que responderam à pesquisa, para 50,5% (1.392), a estratégia para abastecimento e/ou solução a curto prazo para o desabastecimento de medicamentos foi a compra emergencial. Isso afeta as gestões, pois esse tipo de compra induz que, durante o processo de aquisição por registro de preço, os medicamentos não tiveram oferta de venda pelos fornecedores, prejudicando, assim, o processo licitatório. Dessa maneira, os Municípios recorrem à realização de compras emergenciais. O indicativo da não compra emergencial foi respondida por 43,3% (1.249) gestões.

### Gráfico 3 – Evolução das Gestões que optaram por compras emergenciais

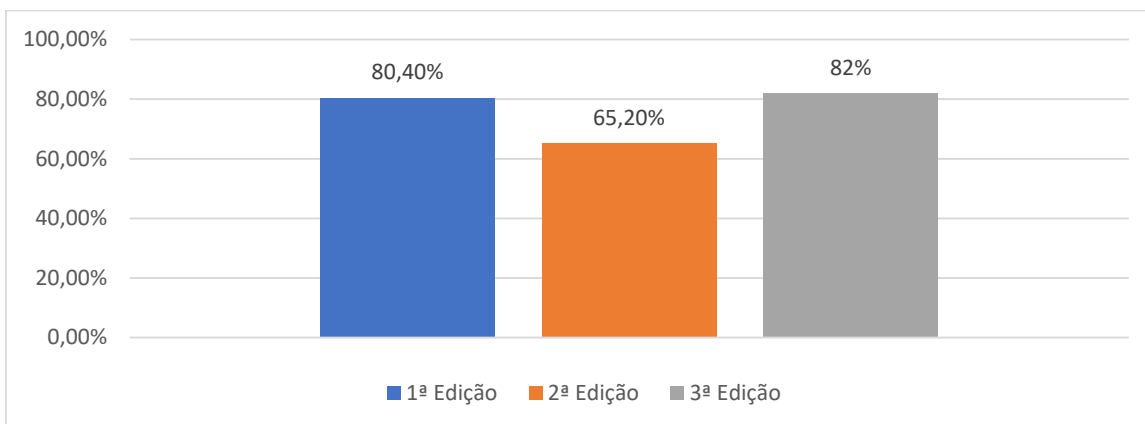


Fonte: CNM (2023).

É inevitável comparar os índices de compras emergenciais com a situação do desabastecimento nas edições anteriores a esta pesquisa. Assim, evidenciamos que, na segunda edição, onde houve um pico de 60,1% das gestões efetuando compras emergenciais; foi também o momento em que menos gestões estiveram desabastecidas, apontando uma redução de 15,2% de Municípios com falta de medicamentos, conforme evidenciado no Gráfico 4:

### Gráfico 4 – Evolução das Gestões com desabastecimento farmacêutico





Fonte: CNM (2023).

Nesta edição, buscamos junto aos entrevistados quais as razões de seu conhecimento que estão ocasionando a falta de medicamentos e constatamos ser do conhecimento dos Municípios que a principal causa é a falta de matéria-prima para a indústria produzir (56,9%), seguida pela falta de medicamentos no mercado (39,3%) e dificuldades na licitação (35,9%).

### Gráfico 5 – Motivos conhecidos pelos Municípios sobre a falta de medicamentos



Fonte: CNM (2023).

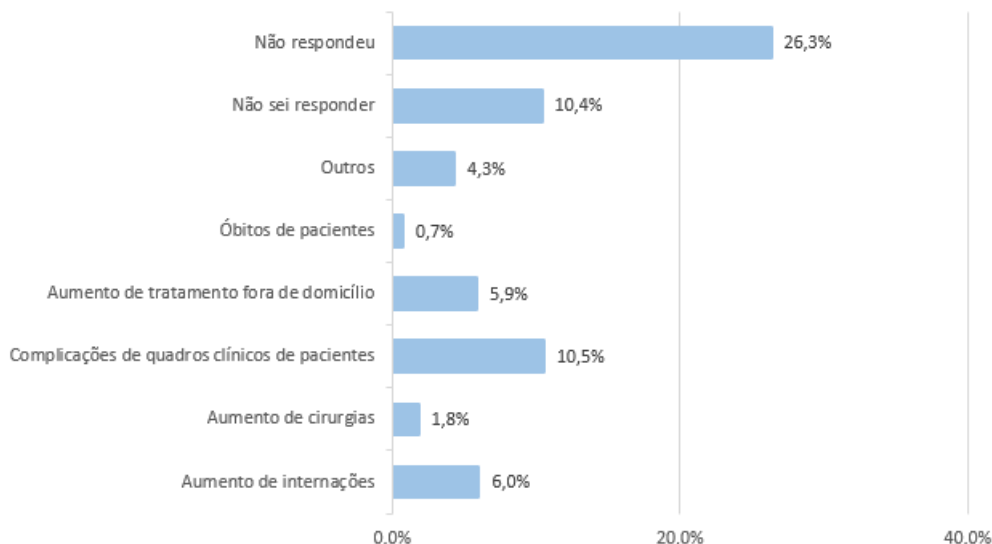
Ao desagregar as respostas por região, identificamos que:

- Norte e Nordeste apontam respectivamente 46% e 40,3% de dificuldades na licitação (processo de compra); e 43,4% e 39,5% a falta de matéria-prima para a produção;
- Sul e Sudeste se queixam – respectivamente, 61,9% e 60,7% – de falta de matéria-prima para a produção; e 41% e 40,6% da falta de itens disponíveis no mercado para compra;
- Centro-Oeste aponta 48,9% de falta de matéria-prima para a produção; e 45,3% de dificuldades na licitação (processo de compra).

Por fim, interrogamos os respondentes sobre seus conhecimentos relacionados a possíveis agravos, problemas, dificuldades identificadas na rede de saúde ou na rotina dos pacientes, causados pela ausência dos medicamentos na rede pública.

Identificamos que 10,5% (290) apontam complicações de quadros clínicos; 6% (166), aumento de internações; 5,9% (162), aumento de tratamentos fora de domicílio; 1,8% (50), aumento de cirurgias; e 36,7% (1.011) não souberam responder ou não responderam.

### **Gráfico 6 – Agravos conhecidos pelos Municípios causados pela falta de medicamentos**



Fonte: CNM (2023).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que a falta de medicamentos afeta direta e incalculavelmente a saúde da população, agravando condições crônicas já diagnosticadas e/ou tratamentos de doenças agudas.

Nesta edição, identificamos Municípios com aumento de internações, tratamentos fora de domicílio, complicações de saúde e pacientes indo para cirurgia, por falta de acesso ao tratamento adequado, causando de forma desordenada um aumento dos serviços hospitalares e estufando uma conta que hoje já é paga com juros de atrasos.

Entre a 2ª edição e esta, a CNM oficiou o Ministério da Saúde sobre as situações abordadas nas pesquisas e recebeu como retorno a informação de abertura de um Processo Administrativo no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para avaliar a cadeia de distribuição dos medicamentos.

Este alerta ressurge e se torna relevante na medida em que identificamos que ao utilizar compras emergenciais, ou seja, agilidade na compra, entrega e pagamento, inclusive com valores diferentes dos registrados em pregões, a cadeia de venda de medicamentos parece reagir com maior disponibilidade.

Seguiremos acompanhando a situação e atuando na vigilância das entidades que devem fiscalizar e exigir o correto processo de abastecimento de medicamentos no Brasil.